

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Da Sra. VIVI REIS)

Inclui nos efeitos da condenação penal a proibição de nomeação para cargos públicos em comissão, quando a condenação decorrer dos crimes elencados na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 92. ....

.....

IV – a proibição de nomeação para os cargos públicos em comissão, quando a condenação decorrer dos crimes elencados na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Parágrafo Único. Os efeitos de que trata este artigo, à exceção do inciso IV, não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Não há dúvidas quanto ao avanço da legislação nacional na construção de uma sociedade que respeite o pluralismo e a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, a Constituição Federal estabelece que o racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210171704300>



Ademais, nossa Lei Maior insere o repúdio ao terrorismo e ao racismo entre os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Infelizmente, e em total afronta a esses comandos constitucionais, ainda têm ocorrido em nossa sociedade muitas violações à dignidade da pessoa humana por meio de condutas racistas e discriminatórias por meio das quais resultam atos de preconceito de raça, cor, etnia, religião.

Diante disso, e levando em conta os mandamentos constitucionais, este Projeto de Lei busca reforçar o sistema de proteção à dignidade da pessoa humana por meio da proibição de nomeação para os cargos públicos em comissão, quando a condenação decorrer dos crimes elencados na Lei nº 7.716, de 1989.

Mostra-se incompreensível, irrazoável, e inadmissível que um servidor público, cumprindo pena, ou sujeito aos efeitos de condenação por crime decorrentes da Lei contra o Racismo, ao arrepio do comando constitucional, seja contratado pelo Estado para prestar serviços públicos, os quais, direta ou indiretamente, terão indivíduos de todas as raças, sexo, cor, idade, religião como destinatários.

Mostra-se irrazoável impor à sociedade o encargo de ter de pagar essa conta.

À luz do exposto, e considerando o dever prioritário constitucional de proteção de nossas crianças e adolescentes, contamos com o apoio dos nobres pares visando à integral aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em            de            de 2021.

Deputada VIVI REIS

2021-17361



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210171704300>

